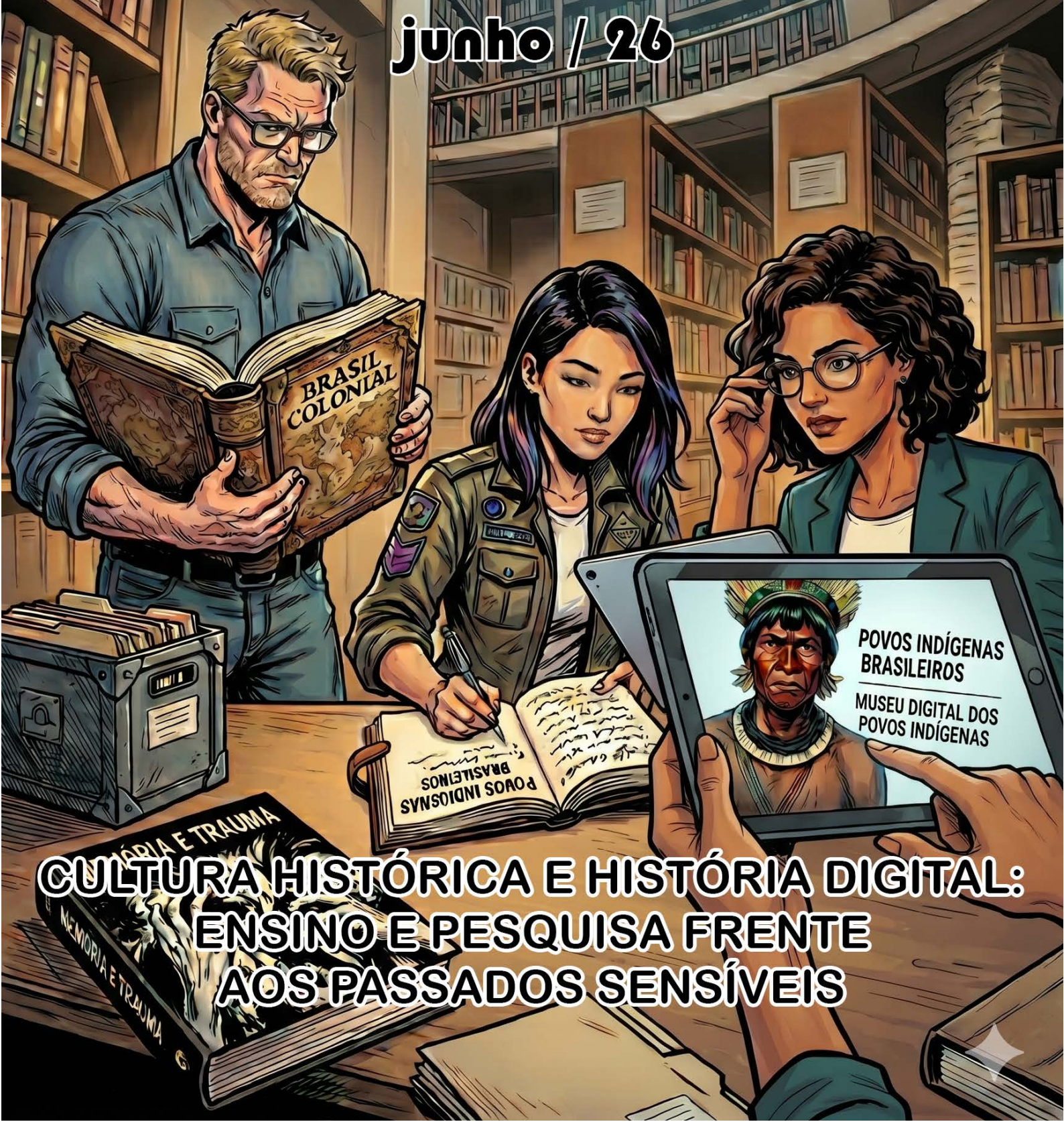


REVISTA Hominum

ed. 32 - vol 12

issn 2316-4808

junho / 26



CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA DIGITAL:
ENSINO E PESQUISA FRENTE
AOS PASSADOS SENSÍVEIS

Corpo Editorial

Editora Chefe: Cintia Rufino Franco Shintate – Especialista em História (PUCSP), História, Ciências, Ensino e Sociedade (UFABC) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI).
Editor Executivo: Ary Albuquerque Cavalcanti Junior – Doutor (UFMT)
Editora Executiva: Priscila Lourenço Soares Santos – Mestra (UNISA)
Editoração: Daniel Gomes Fernandes Miranda (Estácio / Via Corvus)

Pareceristas

Aluizia do Nascimento Freire – Doutoranda em História - UFGD
Bruna Batista Ferreira – Doutoranda em História - UFF
Gabriel José Brandão de Souza – Doutor em História - UFRGS
Guilherme Nogueira Magalhães Muzulon – Doutorando em História - UFGD
Jacson Lopes Caldas – Doutorando em História - UFBA
Lilian Santos Lacerda – Doutora em Educação - PUCSP
Lisete Bertotto Corrêa – Mestre em Educação - UFRGS
Ludimila de Oliveira de Amorim – Doutora em Geografia - UFRGS
Mauricio Ribeiro Damaceno – Doutorando em História – UFMT
Renato Fonseca de Arruda – Doutor em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST
Silvana Aparecida da Silva Zanchett – Doutora em História - UFMS
Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza – Mestre em História - UFGD
Tierre Ortiz Anchieta – Doutorando em Educação - UFSC

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
“POR QUE ESTUDAR ESSAS COISAS DO PASSADO?” Pensando a cultura histórica digital como elemento no ensino da abolição	8
<i>André Wesley Barbosa Oliveira</i>	
HISTÓRIA DIGITAL DO POVO YANOMAMI: O passado sensível em “Os Segredos da Tribo”.....	14
<i>Giovana Liotino Pereira & Murilo de Sá Santos</i>	
ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA DIGITAL NO TEMPO PRESENTE.....	21
<i>Dionson Ferreira Canova Junior & Alvanir Ivaneide Alves da Silva</i>	
ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA: percepções sobre direitos humanos através dos lugares de memória no Brasil e na América Latina	28
<i>Lívia Micaela Perin da Rocha & Márcio José Pereira</i>	
CURADORIA AUTOMATIZADA E PASSADOS SENSÍVEIS: algoritmos como operadores da memória histórica.....	36
<i>Lucas Melo Rodrigues de Sousa</i>	
ERA DIGITAL E CULTURA HISTÓRICA: a internet e suas implicações para os passados sensíveis.....	41
<i>Alvanir Ivaneide Alves da Silva & Augusto Cesar Acioly Paz Silva</i>	

**CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA DIGITAL:
ENSINO E PESQUISA FRENTE AOS PASSADOS SENSÍVEIS**

O presente dossiê, intitulado "Cultura Histórica e História Digital: Ensino e Pesquisa frente aos Passados Sensíveis", surge da necessidade de abordar questões fundamentais na História contemporânea: a problematização de passados sensíveis e a inclusão de novas ferramentas digitais no processo de ensino e pesquisa. O século XXI testemunha o aumento de debates sobre memórias em disputa, desigualdades sociais e traumas históricos, colocando aos historiadores o desafio de trabalhar com esses temas de maneira crítica e plural.

O Ensino de História, em suas práticas de pesquisa, tem nos permitido refletir sobre as memórias em disputa. Assim, tanto os espaços escolares quanto os espaços públicos ou acadêmicos se configuram como meios de debates que possibilitam a construção de alteridade e identidade. Dessa forma, os passados sensíveis têm sido colocados diante dos historiadores como problematizações a serem refletidas e questionadas, no que tange às desigualdades sociais e à ausência dos direitos humanos, para que caminhos contra o silenciamento e o esquecimento possam ser construídos.

Nesse ponto, a História Digital surge como um campo crucial nesse contexto, oferecendo novas formas de investigar, representar e ensinar esses passados sensíveis. A digitalização de arquivos históricos e o uso de plataformas digitais ampliam o acesso a fontes e permitem novas formas de interação com o passado. Além disso, a História Digital facilita a criação de redes colaborativas entre historiadores e o público em geral, promovendo debates sobre a representação dessas memórias sensíveis nas mídias.

O que nos abre caminho para refletirmos sobre a Cultura, que além de ser um dos fundamentos da consciência histórica, permite-nos, à luz da teoria, perceber a cultura por meio da práxis da vida humana. Ao se portar como uma articulação prática da consciência histórica, a cultura histórica permite a orientação temporal humana para a compreensão de si e do mundo, tendo em vista que pode a cultura histórica atuar como memória histórica e interrelacionar com o Ensino de História, a Pesquisa Histórica e o Campo Digital.

Nesse sentido, iniciamos o dossiê com o trabalho de Alvanir Ivaneide Alves da Silva e Augusto Cesar Acioly Paz Silva, intitulado *Era Digital e Cultura Histórica: a internet e suas implicações para os passados sensíveis*, que trata de como a internet, na Era Digital, transformou as formas de produzir, acessar e interpretar o conhecimento histórico. Os autores analisam a internet como uma infraestrutura sociotécnica que reorganiza a relação da sociedade com o passado, especialmente com os chamados “passados sensíveis”. O artigo aborda como a circulação acelerada de informações intensifica disputas de memória e diferentes narrativas históricas nas redes digitais. Além disso, argumenta que algoritmos, redes sociais e dinâmicas de engajamento influenciam a legitimidade das interpretações sobre o passado. Por fim, o texto aponta que a historiografia precisa compreender criticamente essas mudanças para interpretar a experiência histórica no tempo presente.

O artigo de Giovana Liotino Pereira e Murilo de Sá Santos, intitulado *História Digital do Povo Yanomami: o passado sensível em “Os segredos da tribo”*, analisa como a História Digital amplia o acesso a documentos, vídeos e registros sobre o povo Yanomami, especialmente por meio do documentário “*Segredos da Tribo*”, de José Padilha. Os autores analisam criticamente a atuação de antropólogos e pesquisadores que, nas décadas de 1960 e 1970, produziram representações estereotipadas e cometeram abusos contra os Yanomami. O texto também reflete sobre os limites éticos da divulgação de conteúdos sensíveis no meio digital, principalmente aqueles relacionados a traumas e violências históricas. Além disso, destaca a importância de valorizar narrativas produzidas pelos próprios indígenas, como as de Davi Kopenawa. Por fim, conclui que o uso das tecnologias digitais na pesquisa histórica exige responsabilidade, empatia e respeito às vítimas e às culturas indígenas.

Em seguida, temos o artigo *Ensino de História e História Pública: percepções sobre direitos humanos através dos lugares de memória no Brasil e na América Latina*, dos autores Lívia Micaela Perin da Rocha e Márcio José Pereira, que aborda como os lugares de memória ajudam a preservar e divulgar memórias sobre violações de direitos humanos no Brasil e na América Latina. Os autores relacionam esses espaços à História Pública e ao ensino de História, destacando sua importância na formação de uma consciência crítica e cidadã. O texto também aborda os conflitos entre memória e esquecimento em sociedades marcadas por ditaduras e violências

políticas. Além disso, defende que esses locais promovem a democratização do conhecimento histórico e fortalecem a defesa da democracia e dos direitos humanos. Por fim, ressalta a necessidade de ampliar o acesso e a participação social nesses espaços por meio de estratégias educativas e digitais.

No artigo intitulado *Curadoria automatizada e passados sensíveis: algoritmos como operadores da memória histórica*, Lucas Melo Rodrigues de Sousa discute como a curadoria algorítmica das plataformas digitais influencia a construção da memória histórica, especialmente em relação aos passados sensíveis. O autor defende que os algoritmos atuam como dispositivos de poder ao selecionar, priorizar e repetir conteúdos com base em métricas de engajamento e monetização. A pesquisa demonstra que *feeds*, sistemas de recomendação e mecanismos de nostalgia algorítmica moldam processos de lembrança e esquecimento coletivo. O estudo também evidencia que a opacidade dos algoritmos dificulta o controle social sobre as narrativas históricas que circulam nas plataformas digitais. Por fim, conclui pela necessidade de uma alfabetização algorítmica no ensino de História, visando desenvolver uma leitura crítica sobre os regimes de visibilidade produzidos pelas tecnologias digitais.

O próximo artigo, de autoria de André Wesley Barbosa Oliveira, intitulado *“Por que estudar essas coisas do passado?” Pensando a cultura histórica digital como elemento no ensino da abolição*, analisa o uso pedagógico do vídeo “O Brasil Depois da Abolição da Escravidão”, do canal Nostalgia, como ferramenta para desenvolver a consciência histórica dos alunos. Fundamentado em autores como Jörn Rüsen, Serge Noiret, Grever e Adriaansen, o texto discute a cultura histórica digital e sua influência na relação entre passado, presente e futuro. O autor argumenta que narrativas audiovisuais bem estruturadas tornam o ensino da história mais significativo ao conectar a abolição às desigualdades raciais contemporâneas. O estudo destaca que mídias digitais podem ampliar o engajamento e a reflexão crítica dos estudantes sobre passados sensíveis. Conclui-se que o professor exerce papel central na mediação dessas narrativas, promovendo uma aprendizagem histórica crítica e socialmente orientada.

Por último, temos o artigo *Ensino de História, cultura histórica e história digital no tempo presente*, dos autores Dionson Ferreira Canova Júnior e Alvanir Ivaneide

Alves da Silva, que discute as relações entre ensino de História, Cultura Histórica e História Digital no contexto contemporâneo, destacando os impactos das tecnologias digitais na produção e circulação do conhecimento histórico. Fundamentado em autores como Rüsen, Grever e Adriaansen, o texto analisa a cultura histórica como elemento central da formação da consciência histórica. Os autores argumentam que a História Digital ultrapassa o uso instrumental das tecnologias, reconfigurando as formas de mediação do passado e ampliando a disputa de narrativas no espaço público digital. O estudo evidencia que plataformas digitais e redes sociais modificam o papel da escola e do professor como mediadores exclusivos do saber histórico. Conclui-se que o ensino de História deve assumir uma função crítica, capacitando os sujeitos a compreenderem os usos, disputas e legitimações do passado na cultura digital contemporânea.

Em suma, ao propor este dossiê, nossa intenção é reunir estudos que não apenas problematizem esses passados difíceis, mas também explorem como as ferramentas digitais e os espaços midiáticos podem servir de subsídio para o ensino, a pesquisa e os debates sobre cultura histórica. O uso das tecnologias contribui tanto para a preservação e disseminação do conhecimento histórico quanto para ampliar as formas de acesso ao passado. Desse modo, discutir a História Digital e a Cultura Histórica na pesquisa e no ensino de História permite compreender as múltiplas maneiras pelas quais os sujeitos se relacionam com o passado e, a partir dele, produzem sentidos, orientações e interpretações sobre si mesmos e sobre o mundo.

Dionson Ferreira Canova Júnior
Alvanir Ivaneide Alves da Silva

“POR QUE ESTUDAR ESSAS COISAS DO PASSADO?”
Pensando a cultura histórica digital como elemento no ensino da abolição¹

André Wesley Barbosa Oliveira
Mestrando em História pela Universidade
Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-
UFRN).
andre.oliveira.614@ufrn.edu.br

Resumo:

O artigo discute a função pedagógica do vídeo “O BRASIL DEPOIS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO” na formação da consciência histórica, conceito central em Rüsen (2015) e Grever e Adriaansen (2025). A partir da noção de cultura histórica digital proposta por Noiret (2015), argumenta-se que essas narrativas articulam criticamente passado e presente, tornando o conhecimento histórico significativo para os alunos.

Palavras-chave: cultura histórica; narrativa histórica; abolição.

Abstract:

The article discusses the pedagogical role of the video “O BRASIL DEPOIS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO” in developing historical consciousness, a central concept in Rüsen (2015) and Grever and Adriaansen (2025). Drawing on the notion of digital historical culture proposed by Noiret (2015), it argues that such narratives critically articulate the past and present, making historical knowledge meaningful for students.

Keywords: historical culture; historical narrative; abolition.

Introdução

Durante uma aula sobre o processo de abolição da escravidão no Brasil, fui questionado por uma aluna do 8º ano sobre o motivo de estudarmos “essas coisas do passado”. Tal acontecimento me colocou em estado reflexivo sobre a minha própria prática enquanto professor de história e, para além disso, me levou a perguntar quais os motivos que levaram a aluna a fazer esse questionamento. As reflexões realizadas pelo alemão Jörn Rüsen (2001, 2009) foram substanciais nesse processo reflexivo. Ao trabalhar com conceitos como cultura histórica, carência de orientação e historicidade, Rüsen nos oferece possibilidades para analisarmos o caso.

O que podemos observar a priori é que o questionamento realizado não se baseia na negação da importância do conhecimento sobre o passado. Pelo contrário, o passado tem cada vez mais se popularizado (Gumbrecht, 2011; Pereira; Bianchi; Abreu, 2018). O que se evidencia é a contestação de uma forma de relação específica, a disciplinar, tensionada sobretudo pela incapacidade da mesma de oferecer meios de se localizar no tempo, suprimindo

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

essa carência de orientação. O que é sério ao considerarmos que Abreu e Rangel (2015, p. 7) caracterizam o nosso tempo como um “momento de desorientação”.

Na contemporaneidade, há ainda o agravante de disputarmos esse passado (enquanto professores), a atenção e a credibilidade com outros meios, principalmente os digitais, marcados pela multiplicação de narrativas e linguagens.

Na aula seguinte ao questionamento, resolvi passar à turma um vídeo do canal Nostalgia intitulado “O BRASIL DEPOIS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO”, com o objetivo de, através de outra linguagem, compreendermos as consequências desse processo na sociedade brasileira, tornando-o significativo. Nesse sentido, o usaremos aqui como estudo de caso. A reflexão que segue busca problematizar as implicações do uso das mídias em sala de aula frente a um passado sensível, observando como vídeos históricos no YouTube podem mobilizar a consciência histórica dos alunos, articulando passado e presente.

Mídias digitais e a narrativização dos passados sensíveis

Serge Noiret (2015, p. 31), ao abordar a influência da virada digital na historiografia e nas práticas de história pública, afirma que a cultura histórica digital “é parte de uma ‘cultura digital’ mais vasta que permeia a nossa sociedade por meio da internet e sob várias formas comunicativas”. Sendo assim, podemos estabelecer a conexão com a cultura histórica, uma vez que ela é o conjunto de conhecimentos, valores e práticas que uma sociedade constrói sobre o seu passado. Envolvendo a compreensão dos processos históricos e a consciência da diversidade de experiências humanas.

O mundo digital condicionou a presença do passado em nossas sociedades, favorecendo novas percepções do público sobre a passagem do tempo e a presença de uma memória latente. Ele permite a criação de novas interconexões entre o passado, o presente e a expectativa de um futuro. A cultura histórica digital seria não apenas parte de uma cultura digital mais ampla, mas surgiria como fruto da própria cultura histórica.² Pensando nisso, é importante levarmos em conta que:

O conceito de cultura histórica engloba não apenas os conteúdos específicos da memória coletiva e da imaginação histórica, mas também as formas pelas quais se estabelecem as relações com o passado, numa interação dinâmica entre a ação humana, a tradição, a performance da memória, as representações históricas e sua disseminação — incluindo as suposições sobre o que constitui a história (Grever; Adriaansen, 2025, p. 11).

² Aqui é necessário pensarmos em uma relação de troca. A cultura histórica digital não pode ser reduzida a subproduto da revolução tecnológica, mas seria um desdobramento específico e orgânico da disciplina histórica, que assimila e usa as ferramentas digitais a partir de suas próprias necessidades.

Grever e Adriaansen (2025) fazem uma distinção interessante para a análise da cultura histórica em três níveis: 1. Narrativas históricas e performances do passado, 2. Infraestruturas mnemônicas e 3. Concepções subjacentes de história. Analisaremos o uso de mídias em sala de aula a partir do primeiro.

Segundo Grever e Adriaansen (2025, p. 12), ao falar sobre o ato de narrar, ação principal nos vídeos históricos no *YouTube*, defendem que o mesmo “não é um meio de expressar uma identidade já existente; antes, ela é gerada pela organização de fatos, experiências e eventos em uma coerência significativa de enredo”.

O vídeo sobre a abolição da escravidão usado, como já mencionado em sala de aula, foi um instrumento interessante nesse sentido, não só pela ampliação da linguagem, mas pela organização narrativa necessária para o desenvolvimento do conteúdo. Felipe Castanhari, criador e apresentador do canal, utiliza da curadoria histórica para a produção³.

Castanhari desenvolve a narrativa através de um enredo envolvente, seguindo a história de um personagem específico, Mariano, que em determinado momento se relaciona com o contexto geral. Esse ponto torna-se ainda mais pertinente dentro de um processo de significação do conteúdo quando analisamos a relação estabelecida por Grever e Adriaansen (2025, p. 13, grifo nosso) ao afirmarem:

A vasta maioria das representações do passado depende de um enredo que dá sentido ao passado para quem o cria e para seu público. Isso vale para autobiografias, memórias coletivas, historiografia acadêmica, mídias populares, reencenações históricas e até mesmo peças musicais. O enredo tem uma função mediadora em três níveis. Primeiro, ele media entre eventos individuais, experiências e a história como um todo. *Um evento individual ganha significado a partir da maneira como é configurado no enredo. O enredo, por sua vez, é mais do que a soma dos eventos relatados, pois uma história como totalidade contém um certo ‘pensamento’.* Segundo a estruturação narrativa conecta uma ampla gama de atores heterogêneos, situações, significados, interações e resultados inesperados. Terceiro, o enredo media entre o tempo do relógio e o tempo vivido, ao criar uma unidade temporal própria.

A reflexão do apresentador é profunda, em relação a outros vídeos sobre o mesmo assunto na plataforma, o que atribuímos ao já mencionado uso da curadoria. Sobre a Lei Áurea, por exemplo, ele coloca: “Essa lei foi uma resposta à luta persistente dos movimentos

³ Segundo o apresentador, foram consultados o historiador Dirceu Lima Júnior, apresentado por Felipe como “professor de História da África e do Negro no Brasil” (Nostalgia, 2021), e Caio Vinicius, que outrora fora professor de Felipe e é apresentado como “nosso historiador do canal”. Para mais detalhes sobre o apresentador e o canal, consultar Oliveira (2025).

sociais e à resistência dos escravizados”. O apresentador faz menção ainda à lei Lei 10.639, problematizando-a:

Uma das soluções é aplicar uma lei que só existe no papel. A Lei 10.639 determina que as disciplinas sobre História da África e Negros no Brasil devem ser ensinadas em todas as escolas. O racismo começou como uma educação ruim e só pode ser combatido com uma educação justa e inclusiva. [...] Esta é uma luta que deve continuar e não podemos ser neutros sobre isso. Fingir que o racismo não existe, apenas colabora com o racismo. [...] Não basta não ser racista, você deve agir contra o racismo. [...] Vamos combater o preconceito com informação (Nostalgia, 2021).

A narrativa foge à mera descrição. Para aprofundamento do tema, algumas leituras são recomendadas na descrição, como por exemplo: O Espetáculo Das Raças, O Racismo Estrutural, Sobre os Cortiços, A Integração do Negro na Sociedade de Classes, Casa Grande e Senzala e A História do Negro Brasileiro. Além disso, por meio do enredo e da progressão da história, algumas outras questões são problematizadas, como a situação dos recém-alforriados:

Agora ele era um negro livre e podia ir para onde quisesse e recomeçar sua vida. O problema era que Mariano não tinha para onde ir, nem perspectiva de futuro. Como ele poderia voltar para a terra dos seus antepassados sem dinheiro? Onde ele iria morar se não conseguia nem pagar o aluguel? (Nostalgia, 2021).

A problematização realizada por Castanhari vai ao cerne da função social do ensino de história, demonstrando como uma narrativa bem construída pode atravessar da descrição para a crítica. Ao expor a diferença entre a lei e a realidade social dos alforriados, o vídeo exemplifica a terceira camada apontada por Grever e Adriaansen (2025): a de criar uma “unidade temporal própria” que conecta o evento histórico (a abolição) ao tempo vivido (as consequências não resolvidas). A narrativa, assim, não se encerra em 1888, mas projeta seu “pensamento” sobre o presente, evidenciando como as infraestruturas sociais e econômicas do passado configuram desigualdades duradouras, ainda mais se tratando de um tópico sensível, estendendo traumas, tornando-se um passado que não passa e que por isso precisa de mediação.

Essa abordagem transforma o conteúdo histórico em um instrumento de consciência, mostrando que a Abolição foi um processo cujos desdobramentos exigem posicionamento e ação ainda no tempo presente. Desse modo, o uso de vídeos e mídias digitais, quando analisado através da lente da cultura histórica, revela-se muito mais que uma atualização de suportes ou uma concessão à linguagem do aluno. Trata-se de um elemento para a formação

da consciência histórica, entendida como a capacidade de articular as experiências do passado, as necessidades do presente e as expectativas para o futuro.

A narrativa audiovisual oferece possibilidades para que os estudantes exercitem a operação histórica fundamental de dar sentido ao passado, historicizar, percebendo-se como agentes dentro de um processo em transformação. Assim, a sala de aula, ao incorporar criticamente essas mídias, potencializa seu papel como espaço para a construção de uma consciência histórica mais elaborada.

É necessário pontuar que não cabe ingenuidade quanto a isso. As mídias, inclusive o canal em questão, possuem problemas de conteúdo, sejam de ordem de superficialidade, informação falsa ou negacionismo. É nesse ponto que entra a capacidade de mediação do professor, filtrando, comentando e refletindo sobre a narrativa com os alunos.

Considerações Finais

O questionamento inicial realizado pela aluna é sintoma de uma carência de orientação que surge em meio a uma cultura histórica digital saturada de vozes, por vezes conflitantes. A resposta pedagógica explorada aqui, através do uso do vídeo do canal Nostalgia, demonstra que as mídias digitais podem ser mais do que um recurso ilustrativo. Ao empregar uma narrativa bem construída, que, conforme Grever e Adriaansen, media entre o evento individual, o processo amplo e o tempo vivido, esse conteúdo conseguiu criar uma “unidade temporal própria”. Essa unidade articulou o evento de 1888 às suas consequências estruturais no presente, tornando o passado significativo ao responder à demanda implícita de sentido da aluna. Assim, o vídeo atuou como uma ferramenta de mediação, traduzindo o conhecimento histórico para uma linguagem acessível sem abdicar da complexidade.

Portanto, a incorporação de vídeos históricos à prática docente revela-se uma estratégia possível para a formação da consciência histórica na era digital. Trata-se de dialogar com a cultura histórica da qual eles já participam, conduzindo essa experiência para um plano de reflexão mais amplo. A análise realizada mostra que, quando a narrativa audiovisual é mobilizada para evidenciar as interconexões entre passado e presente, como fez o vídeo ao desvelar o caráter inconcluso da abolição, ela capacita os alunos a operarem com a história de modo mais próximo da própria realidade. Deixando de lado a perspectiva de estudar história como algo “morto”.

Conclui-se que o grande desafio e potencial do ensino de história contemporâneo reside exatamente nessa articulação sensível, usar as linguagens e plataformas da cultura digital para desenvolver uma consciência histórica capaz de orientar os alunos - jovens, em sua maioria, pensando nos usuários ativos das redes - no tempo. A sala de aula transforma-

se em um espaço para o diálogo sobre os usos desse passado, onde a multiplicidade de narrativas pode ser analisada, e onde o passado sensível pode ser trabalhado como meio para a compreensão e transformação das questões urgentes do nosso presente.

Referências

ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo. *História e Cultura*, v. 4, p. 7-24, 2015. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/1625>. Acesso em: 7 ago. 2025.

CANAL NOSTALGIA. O BRASIL DEPOIS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO - ft RAEL DA RIMA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kaD2kBPWuV0&list=PL2EJIPZ0iJu7JMchSngqLHyZVsU91N7Y&index=9>. Acesso em: 5 nov. 2026.

GREVER, Maria; ADRIAANSEN, Robbert-Jan. Cultura histórica: um conceito revisitado. Tradução de Arnaldo Martin Szlachta Junior e Wilian Junior Bonete. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 43, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/268080>. Acesso em: 1 fev. 2026.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora?. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeir Lopes de (orgs). *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 25-42.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. DOI: 10.18617/liinc.v11i1.797. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 26 jul. 2024.

OLIVEIRA, André Wesley Barbosa. “Então sim, hoje iremos falar de história”: produção e divulgação histórica no Canal Nostalgia (2016 - 2022). 2025. 27 f. Artigo (Licenciatura em História) - Universidade Estadual do Piauí, Floriano, 2025. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/1784>. Acesso em: 21 jun. 2025.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; BIANCHI, Guilherme; ABREU, Marcelo Santos de. Popularizações do passado e historicidades democráticas: escrita colaborativa, performance e práticas do espaço. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 279–315, 2018. DOI: 10.5965/2175180310242018279. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018279>. Acesso em: 19 nov. 2025.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Tradução de Fernando Sánchez Marcos e Ib Schumacher. *Cultura histórica*, 2009. Disponível em: <http://www.culturahistorica.es/ruesen/culturahistorica.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2026.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história - fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

**HISTÓRIA DIGITAL DO POVO YANOMAMI:
O passado sensível em “Os Segredos da Tribo”**

Giovana Liotino Pereira

Graduanda em história pela Universidade de São Paulo (USP)
gliotino@gmail.com

Murilo de Sá Santos

Graduando em história pela Universidade de São Paulo (USP)
murilo.sa2005@gmail.com

Resumo:

Este artigo busca refletir acerca da História Digital do povo Yanomami, através do documentário de 2010, dirigido por José Padilha, intitulado “Segredos da tribo”. O trabalho tem o objetivo de refletir como as possibilidades que o meio digital apresenta contrastam com uma necessidade de cuidado do historiador com o passado sensível de uma sociedade amazônica.

Palavras-chave: Yanomami; história digital; passado sensível.

Abstract:

This article seeks to reflect on the Digital History of the Yanomami people, through the 2010 documentary, directed by José Padilha, entitled “Secrets of the Tribe”. The work aims to reflect on how the possibilities presented by the digital medium contrast with the historian's need for care regarding the sensitive past of an Amazonian society.

Keywords: Yanomami; digital history; sensible past.

Introdução

Os Yanomami, hoje localizados na região Norte da Amazônia, na fronteira Brasil e Venezuela, compõem um conjunto cultural e linguístico de pelo menos quatro línguas: Yanomae, Yanomami, Sanima e Ninam. “Yanomami” é uma palavra produzida pelos antropólogos, que tem sua origem na expressão *yanomami thëpë*, que significa “seres humanos”, o que contrasta com a categoria *yaro* (animal), *yai* (ser invisível) e *napë* (inimigo, estrangeiro, “branco”).

Apesar de atualmente o campo da cosmo-história e da historicidade indígena virem sendo ampliados e iniciativas como o livro “A Queda do Céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert ter ganhado visibilidade, a construção da história dos Yanomami no fim da década de 1960 e começo de 1970 é cerceada por tragédia e abuso por parte daqueles que diziam que iriam “estudar” essa comunidade, o que ainda abre campo para reflexão desta pesquisa.

Alcida Rita Ramos, em seu texto “Os yanomami no coração das trevas brancas” (Ramos, 2004), realiza uma crítica à produção acadêmica produzida na época. Em 1968, temos o lançamento do livro “*The Fierce People*” por Napoleon Chagnon, antropólogo americano que visitou os Yanomami. Além disso, o autor realizou filmagens próprias da sua passagem pelas aldeias. Após esse lançamento, houve uma repercussão expressiva na grande mídia estadunidense como no *Time*, *Los Angeles Times* e *The Washington Post*.

Nesse aspecto, a produção aconteceu em um sentido de afirmar os Yanomami como o “povo mais primitivo da terra” e de tratá-los como um ponto de “curiosidade” antropológica. Ainda em seu artigo, ela ressalta o lançamento de outro livro chamado “Trevas no Eldorado” (Tierney, 2000), lançado nos Estados Unidos, que procurou exatamente denunciar como cientistas, jornalistas e pesquisadores foram responsáveis por processos de violência.

Essa questão antropológica nos leva a outro ponto passível de reflexão: o abuso desses indivíduos nessa visita. No documentário “Segredos da Tribo”, disponível no *Youtube*, isso é ressaltado de maneira a abordar figuras como Jacques Lizot e Napoleon Chagnon e denúncias dos próprios membros da comunidade dos crimes cometidos ali, de maneira a observar como o ego acadêmico, o suborno e outros fatores constituíram a representação branca estrangeira de um povo amazônico.

O artigo busca, portanto, refletir sobre de que maneira essa capacidade do meio digital de disponibilizar materiais de pesquisa deve ou não ser trabalhada. A maioria das imagens e vídeos apresentados provém dos registros de Chagnon e refere-se à década de 1960, período em que o Brasil vivia um duro golpe e o início da ditadura militar. Além do genocídio dos povos indígenas nessa época, exposto em obras como “Os Fuzis e as Flechas” (Valente, 2017) e discutido recentemente a partir da possível criação de uma Comissão da Verdade Indígena, a ditadura militar encobriu crimes cometidos contra os povos indígenas em benefício de pesquisas estrangeiras.

Diante disso, espera-se que, após o fim do regime, a maior parte dos documentos desse período seja divulgada para denunciar tais crimes, correto? Embora isso possa ser esperado após um período marcado pela censura, é importante ressaltar a necessidade de refletir sobre como lidar com o caráter sensível da história na divulgação de determinadas informações.

História digital e o mundo sensível

No processo de estudo da história, um novo acontecimento pôde revolucionar a vida dos historiadores e historiadoras: o surgimento da internet e dos meios digitais. O próprio elemento de análise aqui está disponível em uma plataforma digital de compartilhamento de vídeos. Familiarizados com visitas a arquivos e museus para acessar fontes primárias para realizar suas pesquisas, um novo campo de possibilidade se abre nos processos de digitalização de documentos e acesso a formas mais diversas de fontes, sendo elas escritas, iconográficas ou orais, o que transforma a própria prática cultural de como se faz história e facilita o aprofundamento em determinada temática. Em artigo, Giliard Prado, professor da Universidade Federal de Uberlândia, afirma que:

[...] os usos da internet e das tecnologias digitais que lhe estão associadas diluíram as fronteiras de espaço e ressignificaram a experiência do tempo, convertendo-se, apesar de existirem evidentes desigualdades nas condições de acesso a essas tecnologias, em um fenômeno de escala global (Prado, 2021, p. 3).

Dessa maneira, tal transformação foi até caracterizada como uma “era”, como as eras do historiador Eric Hobsbawm (Prado, 2021). A Era Digital é caracterizada por uma ampla gama de informações que circulam na sociedade, sobre economia, política e cultura, e os historiadores que vierem a estudar o século XXI não focalizarão seus estudos em fontes materiais, mas certamente organizarão seu enfoque no estudo do meio digital para compreensão de uma sociedade. Tratando-se ainda de uma perspectiva do presente em que estamos inseridos, o chamado passado digital é focalizado em um processo relativamente recente: o da digitalização de documentos históricos. Compreende-se aqui documento não somente como fonte escrita, mas aquele responsável por registrar ou transmitir fatos e dados. Lucchesi afirma que a História Digital provocou grandes mudanças no ofício do historiador e que acrescentam nova mobília e ferramenta e, ao mesmo tempo, mantém os fundamentos da disciplina (Lucchesi, 2014).

Em meio a circulação de tantas informações, abre-se o horizonte para dialogar com uma das populações amazônicas, o povo Yanomami. Tratemos, em suma, de um ponto principal: a tecnologia é um facilitador da pesquisa e do ensino e, simultaneamente, é por isso que se exige maior cuidado com ela. O meio computacional além de disponibilizar documentos escritos digitalizados, disponibiliza vídeos e imagens. Ao se referir à escrita, comumente usada como válida na língua dos brancos, Davi Kopenawa em sua obra fala sobre “peles de papel” (Kopenawa; Albert, 2019, p. 64), ao se referenciar a registros escritos, e identifica a validação desse meio de expressão para uma sociedade não indígena. Esse é um dos fatores por qual ele concorda em colaborar juntamente com Bruce Albert para a produção do livro, para que sua voz e chamado, se amplifiquem.

O livro está disponível em formato PDF na internet e em formato de audiolivro no Youtube. Tal obra buscou ser um registro da história do seu povo por meio do registro escrito. O povo Yanomami não possui escrita, o que levou seus estudos por muito tempo serem considerados majoritariamente pela perspectiva branca antes do lançamento do livro. O meio digital veio possibilitando a divulgação de outras formas de conhecimento, como essa apresentada que mostra a história contada por dentro, pelo próprio Xamã Yanomami. Outras

formas como disponibilizadas no Instituto Socioambiental (ISA)⁴ tem um papel importante nesse aspecto, em um trabalho de registro da história dos povos indígenas no Brasil.

Mas será que tudo deve ser estudado dentro da disponibilidade do meio tecnológico? Qual o limite da compreensão do historiador? Reinhart Koselleck, ao falar sobre os pares antitéticos, fala do mundo interior, do secreto, e do mundo exterior. Nesse sentido, é possível entender que não existe um caminho em que tudo possa ser ou deva ser compreendido. Dos antropólogos aos historiadores, ao tentar compreender os povos originários, eles podem assumir em seu estudo que o caminho é entender toda a comunidade por completo, mas isso não é possível. Lindia Tuhiwai Smith dizia que, por exemplo, para o povo indígena maori alguns tipos de conhecimento são considerados Tapu, ou seja, são restritos (Tuhiwai, 2012). Restritos para a comunidade externa e até mesmo restrita para somente alguns membros da própria comunidade. Então, não basta para o historiador assumir que todo o aspecto da ancestralidade será absorvido no processo da pesquisa. Kopenawa ao mesmo tempo que entende a importância de contar a história do seu povo por meio do papel para que ela se preserve como forma de memória, ele entende que o seu povo não deve mudar seus costumes para expor todo seu conhecimento.

Desse modo, é necessário compreender que alguns assuntos são mais sensíveis à determinada comunidade. Ao falar sobre trauma em Dominick LaCapra, Michele Caetano destaca como o pensador reflete o tema:

Para além desses aspectos, a historiografia de Dominick LaCapra é interpretada muito vezes por uma dimensão ética. Para ele, entender tanto a vítima, quanto aquele que produziu o trauma é importante eticamente e politicamente. Para o historiador, a História tem o empenho, o compromisso de resgate da memória que prime pela representação das vítimas de forma atuante e crítica (Caetano, 2022).

Retomando a temática, é preciso lembrar que os Yanomami durante o final da década de 1960, ao receberem essas visitas, são intrinsicamente ligados com o trauma, que é transmitido pela cultura oral dentro da comunidade. No documentário desse estudo, além de relatos de pessoas que estavam presentes quando as visitas aconteceram, os mais jovens também conhecem essas histórias e lhes causa repúdio. Desse modo, o aspecto do passado sensível não está ligado somente ao conhecimento ancestral de uma comunidade indígena,

⁴ Atuantes desde 1994, o Instituto Socioambiental ao lado de comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, parceiros históricos, busca desenvolver soluções que protejam seus territórios, fortaleçam sua cultura e saberes tradicionais, elevem seu perfil político e desenvolvam economias sustentáveis. Além da divulgação em seu site digital, possuem escritórios em diferentes regiões brasileiras.

mas ao aspecto de outras experiências como o do trauma que acomete aqueles que vivenciaram tal experiência.

O documentário “Segredos da Tribo”

Logo no começo do documentário, uma oposição aparece. Dois Yanomami, um mais jovem e outro mais velho, dizem que não querem ser fotografados nem desejam contato com os antropólogos e os brancos por serem mentirosos. Logo em seguida, em uma reunião de pesquisadores, em tom jocoso e humorístico um apresentador que está no púlpito diz que Napoleon Chagnon provavelmente é o único antropólogo acusado de genocídio, o que causa risadas de alguns presentes na primeira fileira da palestra.

Esse início mostra mundos de pontos de vista diferentes sobre o que aconteceu na década de 1960 na região amazônica. Enquanto a comunidade indígena sente os impactos sociais de terem sido chamado de “ferozes” ou “selvagens” pelos brancos, eles se recordam com repúdio desse contato. No vídeo, Robert Borofsky, professor de antropologia da Universidade do Pacífico Havai, aparece primeiro admirado com o livro de Chagnon, que leu quando criança, dizendo como esse “pesquisador” parecia uma espécie de Indiana Jones.

Mas, quando adulto, ao usar os filmes de Napoleon Chagnon em suas aulas, ele pergunta aos seus alunos: o filme não é fantástico? Entretanto, ele é surpreendido por seus estudantes, que respondem negativamente e afirmam que, na verdade, os vídeos retratam esse povo como selvagem. Isso leva o professor a refletir e a decidir não utilizar mais esses materiais. Esse episódio evidencia o processo crítico envolvido no uso de recursos digitais, bem como a possibilidade de constante autorreflexão no processo de aprendizagem.

Ao decorrer do documentário, constantemente Napoleon Chagnon e Kenneth Good apresentam suas versões e se defendem como podem das acusações que teriam recebido, enquanto Jacques Lizot se recusou a participar. Para explicitar algumas das acusações, Chagnon teria ministrado uma vacina de sarampo que teria matado incontáveis Yanomami e Good teria seduzido várias jovens indígenas e se casado com uma menina de 12 anos. E por fim, Lizot, que aparece somente em registros antigos por não ter participado do documentário, é denunciado por meio de relatos de homens Yanomami que teriam sofrido abuso sexual quando crianças por ele. Tais temáticas sensíveis propõem uma reflexão acerca de como abordar esses temas sensíveis em que ao mesmo tempo é preciso a busca por utilizar os meios digitais para divulgação de denúncias, mas também procura respeitar as vítimas e compreender de forma empática sua dor.

Considerações Finais

Esse artigo buscou trazer uma reflexão de como a História Digital possibilita novas oportunidades de pesquisa e ensino, ao que é capaz de demonstrar e ampliar outros pontos de vista. Em meio ao povo Yanomami, o fácil acesso de obras como a de Davi Kopenawa e Bruce Albert e sites que buscam reunir documentos digitalizados e notícias atuais dos povos indígenas é capaz de trazer mais visibilidade a esses povos.

Entretanto, é preciso entender como os passados sensíveis devem ser abordados em mundo com alta circulação de ideias e informações. Materiais como os “segredos da tribo” devem ser abordados de forma cuidadosa em um processo de pesquisa ou de ensino. É preciso tentar compreender a denúncia e os sentimentos das vítimas, para que se construa uma história que entenda seus limites e utilize os elementos disponíveis da melhor forma.

Referências

CAETANO, Michele. A perspectiva do trauma: dialogando com Dominick LaCapra. *In: XVI encontro estadual história Anpuh*, 16., Rio Grande do Sul. **Anais** [...] 2022.

CHAGNON, Napoleon. **Yanomamö: The Fierce People**. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc, 1968.

CODATO, Adriano Nervo. O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas. **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 40, n. 1, 2004.

DOCUMENTARY CENTRAL. Secrets of the tribe. Directed by José Padilha. **BBC and HBO production**, 2010. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=b_ZVULXOb40. Acesso em: 1 maio 2026.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; MESQUITA, Ilka Miglio de. Ensino de História com Questões Sensíveis. **Pensar a Educação em Revista**, Florianópolis/Belo Horizonte, ano 6, v. 6, n. 2, jun./ago., 2020.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença: o que o significado não consegue transmitir**. Trad. Marcelo R. Rouanet. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Teoria da história e hermenêutica. *In: KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014. p. 91-110.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das letras, 2019.

LACAPRA, Dominick. Trauma, história, memória, identidade: o que resta? *In: LACAPRA, Dominick. Compreender outros: Povos, animais, passados*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007. p. 45-68.

LUCCHESI, A. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 39-69, jan./jun. 2014.

PRADO, Giliard da Silva. Por uma história digital: o ofício de historiador na era da internet. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 13, n. 34, p. e0201, 2021.

RAMOS, Alcida Rita. **Memórias Sanumá: espaço e tempo em uma sociedade Yanomami**. Marco Zero, 1990.

RAMOS, Alcida Rita. **Os yanomami no coração das trevas brancas**. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2004.

RAMOS, Alcida Rita; SENRA, Estêvão; OLIVEIRA, Marcos Wesley (Ed.). **Terra indígena Yanomami 30 anos: o futuro é indígena**. Instituto Sociambiental, 2022.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Decolonizing Methodologies: Research and Indigeneous Peoples**. London e New York: Zed Books, 2012.

TIERNEY, Patrick. **Darkness in El Dorado: How scientists and journalists devastated the Amazon**. New York: W.W. Norton & Company. Time, 2000.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2017.

ENSINO DE HISTÓRIA, CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA DIGITAL NO TEMPO PRESENTE

Dionson Ferreira Canova Júnior⁵

alvanir.ivaneides@ufrpe.br

Alvanir Ivaneide Alves da Silva⁶

alvanir.ivaneides@ufrpe.br

Resumo:

O artigo analisa as relações entre ensino de História, Cultura Histórica e História Digital no contexto do tempo presente, tomando como base autores como Rüsen (2016) e Grever e Adriaansen (2017). Discute-se a cultura histórica como elemento formador da consciência histórica e sua reconfiguração diante das transformações digitais. Em seguida, aborda-se a História Digital como expressão da chamada Revolução Digital, conforme Barros (2022), destacando mudanças na produção e circulação do conhecimento histórico.

Palavras-chave: ensino de história; cultura histórica; história digital.

Abstract:

The article analyzes the relationships between History teaching, Historical Culture, and Digital History in the context of the present time, drawing on authors such as Rüsen (2016) and Grever and Adriaansen (2017). It discusses historical culture as a constitutive element in the formation of historical consciousness and its reconfiguration in light of digital transformations. It then approaches Digital History as an expression of the so-called Digital Revolution, according to Barros (2022), highlighting changes in the production and circulation of historical knowledge.

Keywords: history teaching; historical culture; digital history.

⁵ Professor substituto de Ensino de História na Universidade Federal de Pernambuco. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

⁶ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com estágio doutoral na Universidade do Porto

Introdução

A consolidação das tecnologias digitais nas últimas décadas tem provocado profundas transformações nas formas de produção, circulação e apropriação do conhecimento histórico, impactando diretamente o campo do ensino de História no tempo presente. Nesse cenário, a cultura histórica, entendida como o conjunto de diferentes modos pelos quais as sociedades se relacionam com o passado e lhe atribuem sentidos no presente, passa a ser reconfigurada por novas mediações sociotécnicas, especialmente aquelas vinculadas ao ambiente digital. Tal contexto, de acordo com Costa (2019), exige refletir sobre como a História é ensinada em uma sociedade marcada pela velocidade da informação, pela multiplicidade de narrativas e pela intensa presença das redes digitais no cotidiano dos sujeitos.

Diante disso, este artigo propõe analisar as relações entre ensino de História, Cultura Histórica e História Digital no tempo presente, buscando compreender de que maneira as transformações tecnológicas interferem na formação da consciência histórica e nas práticas escolares. Parte-se do pressuposto de que a História Digital não se limita ao uso instrumental de tecnologias em sala de aula, mas representa uma mudança mais ampla nas formas de acesso, produção e difusão dos saberes históricos. Assim, o texto articula uma discussão teórica sobre cultura histórica e temporalidade contemporânea com uma reflexão acerca dos desafios e das possibilidades que o ambiente digital impõe ao ensino de História, enfatizando a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva diante das novas dinâmicas do presente.

Cultura histórica e Ensino de História no tempo presente: desafios e possibilidades

O tempo presente, marcado pela relação do ser humano com a temporalidade, está intrinsecamente ligado à cultura da sociedade. De modo semelhante, cada indivíduo carrega consigo memórias individuais e coletivas, especialmente no que se refere à produção da história no espaço público. O ser humano é constantemente exposto a informações sobre o passado, o que contribui para a formação de interpretações acerca de determinados eventos ou fatos históricos. Na contemporaneidade, as redes sociais, a internet e plataformas como o YouTube constituem importantes espaços de circulação de informações, que influenciam significativamente a maneira como os indivíduos constroem suas referências e compreensões. Nesse sentido, as mídias desempenham um papel central na formação do pensamento social.

Uma das formas de compreender a produção e os usos da História nos espaços públicos, bem como a circulação dessas informações na construção da memória coletiva, é por meio do conceito de Cultura Histórica. Tal conceito, discutido por Rüsen (2016), refere-se à relação entre memória histórica e sua função no espaço público. Isso se explica pelo seu campo de atuação, que abrange a análise das narrativas históricas e mnemônicas em diálogo entre o ensino escolar, a universidade e as instituições públicas. Nesse sentido, a Cultura Histórica:

A cultura histórica contempla as diferentes estratégias da investigação científico acadêmica, a criação artística, a luta política pelo poder, a educação escolar e extra escolar, o ócio e outros procedimentos da memória histórica pública, como concretizações e expressões de uma única potência mental. Deste modo, a cultura histórica sintetiza a universidade, o museu, a escola, a administração, a mídia, e outras instituições culturais como conjunto de lugares da memória coletiva, e integra as funções de ensino, de entretenimento, da legitimação, da crítica, da distração, da ilustração e de outras maneiras de rememorar, na unidade global da memória histórica (Rüsen, 2016, p. 56).

Na contemporaneidade, a História Digital emerge como um campo relevante ao evidenciar o papel das tecnologias na produção, circulação e consumo do conhecimento histórico. A Cultura Histórica abrange não apenas a produção acadêmica, mas também as diversas manifestações sociais da relação com o passado, incluindo mídias digitais, produções audiovisuais e conteúdos compartilhados em redes sociais. Dessa forma, a articulação entre História Digital, ensino de História e Cultura Histórica aponta para a necessidade de repensar práticas educativas e epistemológicas, considerando o ambiente digital como um espaço legítimo de produção de sentidos históricos. Desse modo:

No sentido mais geral, cultura histórica é um conceito meta-histórico holístico que abre caminho para a investigação de como as pessoas lidam com o passado. O termo “histórica” refere-se a eventos passados, incluindo pensamentos e ideias. O termo “cultura” abrange atitudes, valores e percepções compartilhadas por um grupo de pessoas. O conceito de cultura histórica engloba não apenas os conteúdos específicos da memória coletiva e da imaginação histórica, mas também as formas pelas quais se estabelecem as relações com o passado, numa interação dinâmica entre a ação humana, a tradição, a performance da memória, as representações

históricas e sua disseminação, incluindo as suposições sobre o que constitui a história (Grever; Adriaansen, 2017, p. 77-78).⁷

Portanto, o ensino de História tem um papel fundamental nessa relação. A presença massiva de conteúdos históricos em ambientes digitais, como plataformas de vídeo e redes sociais, modifica o papel do professor e da escola, que deixam de ser os únicos mediadores do conhecimento histórico. Isso se deve ao fato de que, mesmo considerando o ambiente digital como um espaço legítimo de produção de sentidos históricos, diferentes agentes produzem e difundem interpretações sobre o passado.

Dessa forma, a articulação entre História Digital, ensino de História e Cultura Histórica aponta para a necessidade de discutir práticas educativas e epistemológicas, bem como de compreender como essas transformações impactam a consciência histórica dos sujeitos e redefinem as formas de aprender, ensinar e experienciar a História na sociedade contemporânea.

História Digital como reconfiguração da cultura histórica

A emergência da História Digital no contexto contemporâneo não pode ser compreendida como um simples desdobramento técnico das transformações recentes, mas deve ser situada como um fenômeno que incide diretamente sobre os fundamentos epistemológicos da relação entre sociedade e passado. Mais do que introduzir novas ferramentas no ofício do historiador ou no ensino de História, trata-se de uma inflexão que reconfigura as próprias condições de produção, circulação e legitimação do conhecimento histórico.

Nesse quadro, a chamada Revolução Digital não altera apenas os suportes técnicos da informação, mas incide no nível das experiências temporais e das formas de mediação do passado. Isso se torna evidente na ampliação do acesso às tecnologias digitais, que, segundo Barros (2022, p. 9) “passaram a atingir de formas diversas, e de maneira espalhada e decisiva,

⁷ No texto original consta a seguinte grafia: *In the most general sense, historical culture is a holistic meta-historical concept that opens the investigation of how people deal with the past. The term “historical” refers to past events, including thoughts and ideas. The term “culture” comprises shared attitudes, values and perceptions of a group of people. The concept of historical culture encompasses not only the specific contents of collective memory and historical imagination but also the ways in which relationships to the past are established in a dynamic interaction between human agency, tradition, performance of memory, historical representations and their dissemination, including the presumptions about what constitutes history.*

a maior parte da população do planeta e em todos os níveis sociais”. Tal processo não apenas democratiza o acesso à informação, mas, sobretudo, desestabiliza os regimes tradicionais que historicamente organizaram a produção do saber histórico.

É nesse ponto que a noção de cultura histórica adquire centralidade analítica. No ambiente digital, ela passa a se constituir em um espaço expandido, marcado pela multiplicação de agentes, linguagens e formatos narrativos. Plataformas digitais, redes sociais e ambientes colaborativos não apenas difundem conteúdos históricos, mas produzem regimes específicos de visibilidade do passado, frequentemente orientados por lógicas algorítmicas opacas e por dinâmicas de engajamento que escapam aos critérios acadêmicos de validação.

Essa reconfiguração não é neutra. Ao contrário, ela implica uma reorganização profunda das formas de experiência histórica. A aceleração do fluxo informacional, a fragmentação das narrativas e a simultaneidade de temporalidades produzem um cenário no qual o passado é continuamente atualizado, recortado e mobilizado segundo demandas do presente. Nesse sentido, a cultura histórica contemporânea aproxima-se daquilo que Hartog (2013) denomina regime de historicidade presentista, no qual o presente não apenas orienta, mas articula as interpretações do passado.

Entretanto, no contexto digital, esse presentismo assume contornos ainda mais agudos. Segundo Lucchesi (2020), a lógica das plataformas, estruturada por algoritmos que privilegiam visibilidade, velocidade e engajamento, tende a favorecer narrativas simplificadas, emocionalmente carregadas e facilmente compartilháveis, em detrimento de abordagens historicamente contextualizadas e críticas. O resultado não é apenas a pluralização das narrativas, mas a intensificação de disputas pelo sentido do passado, nas quais diferentes versões da história competem por legitimidade em um espaço público profundamente reconfigurado.

Essa inflexão tem implicações diretas para o ensino de História. Se, por um lado, a escola deixa de ocupar o lugar exclusivo de mediação do passado, por outro, sua função torna-se ainda mais complexa e decisiva. Em um contexto marcado pela superabundância de informações, pela instabilidade das referências e pela disputa constante de narrativas, o ensino de História é convocado a assumir um papel formativo que ultrapassa a transmissão de conteúdos, orientando-se para a problematização crítica das formas contemporâneas de produção e uso do passado.

Assim, mais do que incorporar tecnologias, o desafio consiste em compreender a História Digital como parte constitutiva da cultura histórica contemporânea e, portanto, como

um campo que redefine as condições de possibilidade da própria consciência histórica. Ignorar essa transformação significa não apenas desatualizar práticas pedagógicas, mas, sobretudo, abdicar da compreensão crítica das formas pelas quais o passado é mobilizado, disputado e ressignificado no tempo presente.

Considerações Finais

Diante das discussões expostas, torna-se evidente que as transformações promovidas pela História Digital reconfiguram de maneira teórica e prática a Cultura Histórica e o ensino de História. A ampliação dos meios de acesso ao passado, a multiplicação de narrativas e a descentralização das instâncias tradicionais de validação do conhecimento histórico impõem novos desafios à formação da consciência histórica dos sujeitos no tempo presente.

Nesse contexto, a História Digital deve ser compreendida como parte constitutiva das formas contemporâneas de produção, circulação e apropriação do conhecimento histórico. A presença intensa de conteúdos históricos em ambientes digitais evidencia que o passado está em constante disputa, sendo reinterpretado e mobilizado por diferentes agentes, muitas vezes orientados por lógicas que privilegiam a rapidez, o engajamento e a simplificação.

Assim, o ensino de História assume um papel ainda mais relevante na atualidade. Trata-se de formar sujeitos capazes de compreender não apenas o que é dito sobre o passado, mas como e por que determinadas versões ganham visibilidade e legitimidade no espaço público digital. Portanto, refletir sobre a articulação entre Cultura Histórica, História Digital e ensino de História implica reconhecer que os desafios do tempo presente exigem análises teóricas, práticas e metodológicas do tema em questão.

Referências

BARROS, José D'Assunção. (Org.). **História Digital: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

COSTA, Marcella Albaine. **Ensino de História e Historiografia Escolar Digital**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História, Rio de Janeiro, 2019.

GREVER, Maria; ADRIAANSEN, Robbert-Jan. Historical Culture: A Concept Revisited. In: CARRETERO, Mario; BERGER, Stefan; GREVER, Maria. **Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education**. London: Palgrave Macmillan, 2017

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUCCHESI, Anita. **For a New Hermeneutics of Practice in Digital Public History**: Thinkering with memorecord.uni.lu. 2020. Tese (Doutorado) - University of Luxembourg, Luxembourg, 2020.

RÜSEN, Jörn. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. *In*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora MARTINS, Estevão de Resende. (Orgs.). **Jörn Rüsen**: contribuições para uma teoria da didática da história. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA PÚBLICA:

percepções sobre direitos humanos através dos lugares de memória no Brasil e na América Latina

Livia Micaela Perin da Rocha⁸

Graduanda em História na Universidade Estadual do Paraná

Email: lmicaelaperindarocha@gmail.com

Márcio José Pereira⁹

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná

Email: marcio.pereira@unespar.edu.br

Resumo

O artigo analisa o papel dos lugares de memória na construção de narrativas sobre violações de direitos humanos no Brasil e na América Latina, articulando-os à História Pública e ao ensino de História. Discute as tensões entre memória e esquecimento, bem como os desafios de ampliação de audiências em contextos marcados por desigualdades e passados traumáticos. Defende que esses espaços atuam como dispositivos de democratização da memória e formação cidadã.

Palavras-chave: história pública; lugares de memória; direitos humanos.

Abstract

This article analyzes the role of memory sites in shaping narratives about human rights violations in Brazil and Latin America, linking them to Public History and history teaching. It discusses tensions between memory and forgetting, as well as challenges related to audience expansion in unequal and traumatic contexts. It argues that these spaces function as mechanisms for democratizing memory and fostering civic engagement.

Keywords: public history; memory places; human rights

⁸ Bolsista Iniciação Científica Fundação Araucária.

⁹ Docente do curso de licenciatura em História, do Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) na Universidade Estadual do Paraná, campus de Campo Mourão. Membro do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e Políticas de Memória (CNPQ).

Introdução

Nas últimas décadas, os lugares de memória têm se consolidado como instrumentos fundamentais na preservação e transmissão de memórias coletivas relacionadas às violações de direitos humanos, à luta por justiça social e à reparação histórica. Tais espaços – que incluem museus, centros de memória, sítios históricos, arquivos públicos, memoriais e iniciativas comunitárias – tornam visíveis memórias antes silenciadas, contribuindo para a construção de narrativas plurais e para a promoção de uma cultura democrática.

Apesar dos avanços, muitos desses espaços ainda enfrentam desafios significativos em relação à sua visibilidade, à acessibilidade e à articulação com o público. Diante desse cenário, a pesquisa e o ensino sobre os lugares de memória vinculados aos Direitos Humanos assumem um papel estratégico na produção de conhecimento crítico e na formação cidadã. Investigar esses espaços permite não apenas compreender as dinâmicas históricas das violências e das resistências, mas também problematizar os processos de construção, silenciamento e disputa das memórias no espaço público.

No campo do ensino, sua abordagem possibilita articular teoria e experiência, aproximando estudantes de narrativas concretas e promovendo uma educação histórica comprometida com a ética, a empatia e a justiça social. Assim, ao integrar pesquisa e prática pedagógica, os lugares de memória tornam-se dispositivos privilegiados para a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer as continuidades das violações de direitos e de atuar na defesa de uma cultura democrática.

A perspectiva da História Pública permite repensar a atuação desses lugares, enfatizando a necessidade de diálogos com audiências mais amplas e de formas de engajamento que valorizem o saber coletivo e as experiências locais. Isso é especialmente relevante em um continente marcado por desigualdades históricas e por violações constantes aos direitos fundamentais.

Na cultura contemporânea, obcecada como é pela memória e o trauma, o esquecimento é sistematicamente malvisto. É descrito como uma falha da memória: clinicamente, como disfunção, socialmente, como distorção; academicamente, como uma forma de pecado original; em termos de vivência, como um subproduto lamentável do envelhecimento. Essa visão negativa do esquecimento, é claro, não é surpreendente nem particularmente nova (Huyssen, 2014, p. 155).

Este ensaio parte do pressuposto de que a memória não deve ser apenas preservada, mas também compartilhada e ativada em espaços públicos e democráticos (Jelin, 2002). Ao mesmo tempo, reconhece-se a necessidade de problematizar o esquecimento, seja como processo inerente à passagem do tempo, seja como resultado de estratégias históricas de silenciamento. Como observa Huyssen (2014, p. 157), “a memória parece exigir esforço e trabalho, enquanto o esquecimento, por outro lado, apenas acontece”.

Nesse sentido, a História Pública permite repensar a atuação dos lugares de memória ao enfatizar a necessidade de diálogo com audiências ampliadas e de estratégias de engajamento que valorizem saberes coletivos e experiências locais. Trata-se de uma perspectiva que desloca o conhecimento histórico de circuitos restritos, ampliando sua função social e política.

A história contemporânea da América Latina foi profundamente marcada por regimes autoritários, conflitos armados internos e políticas sistemáticas de repressão estatal que produziram graves violações de direitos humanos. Entre as décadas de 1960 e 1990, diversas sociedades latino-americanas vivenciaram experiências de terrorismo de Estado, desaparecimentos forçados, torturas, execuções sumárias e perseguições políticas. Argentina, Chile, Brasil, Uruguai, Paraguai, Peru e Guatemala compõem um mosaico de experiências traumáticas que, embora distintas em seus contextos específicos, compartilham a centralidade da violência estatal como instrumento de reorganização política e social.

Abrir los diarios de Argentina, Uruguay, Chile o Brasil en el año 2000 puede asemejarse, en algún momento, a transitar por un túnel del tiempo. Además de las obvias problemáticas eco- nómicas, políticas y policiales de coyuntura, las noticias centrales incluyen una serie de temas que indican la persistencia de un pasado que «no quiere pasar»: los avatares de la detención de Pinochet y su posterior procesamiento por crímenes cometidos en Chile en 1973, los «juicios de la verdad» para esclarecer desapariciones forzadas en la segunda mitad de la década de los setenta o el esclarecimiento de la identidad de algún niño o niña (joven veinteaño ahora) secuestrado durante la dictadura militar en Argentina, la comisión que investiga la muerte del ex presidente Goulart en 1976 y el reconocimiento oficial de quienes tienen derecho a reparaciones económicas por su victimización durante la dictadura en Brasil, el reconocimiento oficial de que hubo de- sapariciones y la conformación de una Comisión para la Paz en Uruguay, informaciones presentes en los documentos encontra- dos en el Archivo del Terror en Paraguay. A esto se suman las noticias sobre el Operativo Cóndor en el plano regional, que emergen con persistencia y continuidad (Jelin, 2002, p. 4).

Esses processos deixaram não apenas cicatrizes individuais, mas também fissuras estruturais nas culturas políticas nacionais. A transição à democracia, ocorrida em ritmos e modalidades distintas, não eliminou as tensões em torno da memória do passado autoritário. Pelo contrário, produziu novos conflitos: entre esquecimento e recordação; entre anistia e justiça; entre narrativas oficiais e memórias subterrâneas. Como observa Elizabeth Jelin (2002), a memória é sempre um campo de disputas, no qual atores sociais buscam reconhecimento e legitimidade.

La discusión sobre la memoria raras veces puede ser hecha desde afuera, sin comprometer a quien lo hace, sin incorporar la subjetividad del/a investigador/a, su propia experiencia, sus creencias y emociones. Incorpora también sus compromisos políticos y cívicos. [...] También, que la reflexión y el análisis crítico son herramientas que pueden y deben ser ofrecidas a los actores sociales, especialmente a los más débiles y excluidos, ya que constituyen insumos para su proceso de reflexión y su empoderamiento (Jelin, 2002, p. 7).

No caso argentino, a ditadura instaurada em 1976 consolidou um sistema clandestino de repressão que articulava centros de detenção, redes de inteligência e apropriação ilegal de crianças. No Chile, o regime de Augusto Pinochet institucionalizou mecanismos de violência política que persistiram por quase duas décadas. No Brasil, a ditadura civil-militar (1964–1985) estruturou um aparato repressivo que operou tanto por meio de órgãos oficiais quanto por dispositivos clandestinos. No Peru e na Guatemala, conflitos armados internos resultaram em massacres de populações indígenas e camponesas, revelando dimensões étnicas e sociais da violência.

A emergência de comissões da verdade, políticas de reparação e processos judiciais internacionais revelou que a consolidação democrática exige enfrentar o passado. Nesse contexto, os chamados “lugares de memória” assumem centralidade. Inspirado em Nora (1993), o conceito foi apropriado na América Latina para designar espaços físicos e simbólicos associados a experiências de violência política. Esses lugares não apenas preservam vestígios do passado, mas produzem sentido no presente, constituindo arenas de disputa simbólica.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque

ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. Valorizando, por sua natureza, mais o novo do que o antigo, mais o jovem do que o velho, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade (Nora, 1993, p. 12-13).

A ampliação das políticas de memória nas últimas décadas deve ser compreendida também à luz de transformações globais. Huyssen (2014) identifica uma “virada memorial” no final do século XX, marcada pela crescente centralidade do passado traumático nas culturas públicas. Na América Latina, essa virada dialoga com processos de justiça transicional, com o fortalecimento do sistema interamericano de direitos humanos e com a emergência de redes transnacionais de sítios de consciência.

Os debates públicos sobre a memória, no Chile, Guatemala, Brasil ou México, seguiram o exemplo dos havidos na Argentina, e o modelo sul-africano de Comissões da Verdade multiplicou-se pelo mundo afora. A guinada transnacional dos estudos sobre a memória influenciou claramente a política nacional, os processos judiciais, as Comissões da Verdade e os debates populares de muitos países, e se articulou de maneira vigorosa na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários, e até na arquitetura de museus e memoriais (Huyssen, 2014, 14-15).

Além disso, a consolidação de uma cultura de direitos humanos está intrinsecamente vinculada à produção de narrativas públicas sobre o passado. A memória não é apenas retrospectiva; ela é constitutiva da cidadania democrática. Ao reconhecer violações, dignificar vítimas e responsabilizar perpetradores, as sociedades estabelecem parâmetros éticos para o futuro. Nesse sentido, a preservação de lugares associados à repressão transforma-se em ato político e pedagógico. Concordamos com Soares e Quinalha (2011, p. 76):

Entendemos que os Lugares de Memória são um recurso fundamental para a efetividade dos direitos humanos e, no ordenamento jurídico brasileiro, podem ser tratados como bens culturais destinados à reparação simbólica das vítimas e à produção de conhecimento para a sociedade.

Este ensaio sustenta a tese de que os lugares de memória e a História Pública são fundamentais para a reparação histórica e para a consolidação democrática na América Latina. Eles operam como dispositivos de democratização da memória, resistência ao negacionismo e promoção de direitos humanos. Ao transformar espaços de violência em territórios de reflexão crítica, esses lugares ativam ciclos de reconhecimento e mobilização coletiva.

Acreditamos que a História Pública tem se consolidado como uma abordagem que visa democratizar a produção e a difusão do conhecimento histórico. Diferentemente das práticas históricas acadêmicas tradicionais, frequentemente restritas a círculos especializados, ela busca envolver um público mais amplo, estabelecendo diálogos com comunidades, movimentos sociais e outros atores sociais (Pereira, 2025, p. 169).

Pensando nesta democratização, defendemos que os lugares de memória ocupam uma posição estratégica na articulação entre passado, presente e futuro, sobretudo em contextos marcados por violações sistemáticas de direitos humanos. Mais do que espaços de preservação, eles operam como dispositivos ativos de produção de sentido, nos quais se disputam narrativas, se constroem reconhecimentos e se tensionam projetos de sociedade. Nesse cenário, a História Pública emerge como um campo fundamental para potencializar essas experiências, ao propor formas de mediação que ampliem o alcance social do conhecimento histórico e fortaleçam sua dimensão pública e política.

Nesse sentido, o ensino de História assume um papel decisivo, especialmente quando articulado ao conceito de cultura histórica, compreendido, nos termos de Rüsen (2007), como o conjunto de práticas, narrativas e formas de orientação temporal por meio das quais as sociedades atribuem sentido ao passado no presente. Ao incorporar os lugares de memória como objetos e ferramentas pedagógicas, cria-se a possibilidade de aproximar os sujeitos das experiências históricas concretas, inserindo-os nas disputas e negociações que constituem a própria cultura histórica.

Tal abordagem permite compreender que a memória não é neutra, mas socialmente construída, atravessada por relações de poder, silenciamentos e reivindicações. Trata-se, portanto, de uma educação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, mobilizando sensibilidades, ampliando repertórios interpretativos e promovendo o engajamento com questões éticas contemporâneas. Nesse horizonte, o ensino contribui para a formação de

uma consciência histórica crítica, capaz de reconhecer a pluralidade de narrativas, posicionar-se frente aos usos do passado e atuar na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Paralelamente, torna-se imprescindível investir na criação e no fortalecimento de canais de ampliação de audiência desses lugares de memória. Em um contexto marcado pela cultura digital e pela circulação acelerada de informações, estratégias como plataformas virtuais, acervos digitalizados, exposições interativas e ações colaborativas ampliam significativamente o acesso e a participação social. Esses canais não apenas democratizam o conhecimento, mas também permitem a incorporação de múltiplas vozes, tensionando narrativas hegemônicas e fortalecendo práticas de memória mais inclusivas e plurais.

Os lugares de memória, quando integrados às práticas da História Pública, configuram-se como instâncias vivas de diálogo social, mobilização coletiva e formação cidadã. Ao deslocarem o foco da celebração monumental para a reflexão crítica, reconfiguram as relações entre patrimônio, história e sociedade, ativando o passado como elemento central na construção de uma cultura de direitos humanos. Em uma América Latina ainda marcada por desigualdades estruturais e recorrentes ameaças autoritárias, esses espaços afirmam-se como pilares da consolidação democrática.

Destarte, quando articulados ao ensino e a estratégias de ampliação de suas audiências, tornam-se instrumentos potentes de resistência ao esquecimento e ao negacionismo. Ao promoverem o reconhecimento das violações, a valorização das vítimas e o engajamento crítico com o passado, contribuem para a formação de sociedades mais justas, conscientes e comprometidas com a defesa dos direitos humanos, reafirmando que lembrar constitui uma condição ética e política para evitar a repetição das violências do passado.

Referências

HUYSEN, Andreas. **Cultura do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aub Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PEREIRA, Márcio José. História Pública, Direitos Humanos e Reparação Histórica: caminhos em construção. In: RAGUSA, Helena & FRANÇA, Cyntia S. (orgs). **Quando o passado grita e a História chama: a História Pública em foco**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2025.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SOARES, Inês Virginia; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 10, p. 75-86, jun. 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/15922059/00000263-07-ines-reid-10.pdf>. Acesso em: 28. fev. 2026.

CURADORIA AUTOMATIZADA E PASSADOS SENSÍVEIS: algoritmos como operadores da memória histórica

Lucas Melo Rodrigues de Sousa

Especialista em Direito Processual e em Direito do Trabalho e Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Graduado em Direito pela Centro Universitário Dom Helder
lucasrmelo@yahoo.com

Resumo

Este artigo investiga como a curadoria algorítmica atua como um dispositivo de poder na definição da memória histórica. Argumenta-se que os algoritmos implementam uma política algorítmica da memória orientada por métricas de engajamento e monetização. Discute-se o impacto dessa mediação sobre passados sensíveis e a necessidade de uma alfabetização algorítmica histórica no ensino de História para questionar os regimes de visibilidade e esquecimento produzidos pelas plataformas digitais.

Palavras-chave: algoritmos; memória digital; passados sensíveis.

Abstract

This article investigates how algorithmic curation functions as a power device in shaping historical memory. It argues that algorithms implement an algorithmic politics of memory driven by engagement and monetization metrics. The study discusses the impact of this mediation on sensitive pasts and the need for historical algorithmic literacy in History education to question the regimes of visibility and forgetting produced by digital platforms.

Keywords: algorithms; digital memory; sensitive pasts.

Introdução

Nos últimos anos, plataformas como *Facebook*, *TikTok*, *Instagram* e serviços de streaming transformaram-se em arquivos vivos do passado. Milhões de fotos, vídeos e textos compõem um imenso repositório de memórias individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, a experiência dos usuários já não é mediada apenas por suas escolhas, mas principalmente pela lógica de recomendação de sistemas automatizados. Estudiosos da memória digital observam que a hiperconectividade e a escala dos arquivos digitais rompem com a ideia de que a memória é uma reserva estável de acontecimentos: em vez disso, surgem fluxos temporais fluidos em que a visibilidade e a permanência dos conteúdos dependem de operações algorítmicas. Sustenta-se que essas tecnologias não são apenas ferramentas técnicas; são atores sociotécnicos que exercem poder memorial, configurando uma política algorítmica da memória orientada por engajamento, monetização e modulação afetiva.

Memória, esquecimento e poder

As discussões sobre memória cultural sugerem que lembrar e esquecer nunca são processos neutros; implicam relações de poder, disputa e negociação. No contexto digital, Mandolessi (2023) argumenta que a chamada memória digital tem sido interpretada como um novo tipo de memória, radicalmente diferente da concepção de memória coletiva. A autora problematiza essa tese, mostrando que as transformações digitais não implicam uma nova ontologia, mas materializam características da memória coletiva já discutidas pelos estudiosos do campo. Ela destaca que a era da hiperconectividade é marcada pela ação conjunta de humanos e dispositivos tecnológicos: a agência tecnológica produz fragmentação, dispersão e perda de controle sobre o passado. Esse cenário desloca a noção de arquivo como entidade estática para aquilo que se chama de arquivo em movimento, em que a fronteira entre preservação e atualização se dissolve (Mandolessi, 2023).

A curadoria automatizada influencia a formação de narrativas históricas ao determinar quais eventos ganham visibilidade e quais permanecem escondidos. A pesquisa de Mandolessi (2023) observa que os algoritmos codificam as relações entre pessoas, objetos e ideias, condicionando como representações do passado são formadas e transmitidas. Assim, as fronteiras entre memórias individuais e coletivas, humanas e maquinicas, tornam-se cada vez mais porosas, revelando uma nova configuração de poder: a potência de governar o passado por meio do código.

Curadoria algorítmica e plataformas digitais

Para compreender o papel das plataformas digitais na memória histórica, é necessário definir curadoria algorítmica. Rader e Gray (2015) descrevem esse processo como a organização, seleção e apresentação de subconjuntos de informações para consumo. O estudo de Chan *et al.* (2025), que realizou uma auditoria no *feed* r/popular de uma das principais páginas de agregação global do Reddit, demonstra que algoritmos classificam conteúdos com base em fatores como número de comentários, atividade recente e votações. O posicionamento do conteúdo, por sua vez, influencia diretamente o engajamento: as postagens mais bem ranqueadas recebem mais comentários e exibem maior proporção de comentários indesejados. Isso significa que o próprio ato de ranquear cria círculos de visibilidade, retroalimentando a importância de determinados tópicos (Chan *et al.*, 2025).

A falta de transparência limita o controle social sobre os fluxos de informação e, consequentemente, sobre a memória coletiva. Casiraghi (2025), ao analisar os serviços de *streaming RaiPlay, RTVE Play e INA Madelen*, observa que as plataformas deixaram de ser bibliotecas de conteúdo para tornar-se ecossistemas complexos que moldam novas estruturas de recordação e esquecimento. A arquitetura das interfaces, os critérios de recomendação e a personalização definem quais narrativas do passado emergem ou desaparecem (Casiraghi, 2025).

Outros estudos enfatizam a dimensão afetiva da curadoria algorítmica. Kidd e Nieto McAvoy (2023) cunharam o conceito de nostalgia algorítmica para descrever como as redes sociais organizam e exploram sentimentos de saudade. As autoras mostram que a transição de foto para vídeo cria o que chamam de memória remediada, revivendo os mortos por meio de mecanismos automáticos que atendem a lógicas corporativas. Esse fenômeno revela que a curadoria não se limita a classificar conteúdos: ela ativa emoções e potencializa a rentabilidade das plataformas (Kidd; Nieto McAvoy, 2023).

Algoritmos como operadores da memória histórica

A partir desse panorama, propomos a noção de política algorítmica da memória para descrever o regime de poder instaurado pela curadoria automatizada. Ela se caracteriza pela seleção, priorização e repetição. O estudo sobre nostalgia algorítmica complementa essa visão ao evidenciar que os algoritmos usam traços deixados pelos usuários para propor novos laços afetivos (Kidd; Nieto McAvoy, 2023).

O caráter repetitivo dos algoritmos gera o que se chama de presente perpétuo. Ao analisar a relação entre nostalgia e temporalidade, Pierosara (2025) afirma que algoritmos recolhem dados de escolhas anteriores para sugerir conteúdo futuro, criando a ilusão de simultaneidade e restringindo processos de luto e elaboração. Os sistemas não apenas apresentam memórias existentes, mas moldam quais memórias serão cultivadas (Pierosara, 2025).

A política algorítmica da memória manifesta-se, ainda, nos arquivos públicos digitalizados. Casiraghi (2025) mostra que plataformas de serviços públicos não são neutras ao decidir o que entra em seus catálogos. Mesmo em ambientes públicos, a lógica da plataforma interfere na construção de narrativas históricas. Do lado das redes sociais comerciais, o estudo de Chan *et al.* (2025) comprova que algoritmos determinam a importância das postagens ao priorizar métricas de popularidade.

Passados sensíveis sob mediação algorítmica

Eventos como genocídios, ditaduras ou violência policial tornaram-se parte das narrativas produzidas por usuários. No entanto, a mediação algorítmica desses passados sensíveis interfere na forma como são percebidos. O estudo de Chan *et al.* (2025) demonstra que a posição de um conteúdo no ranking correlaciona-se com o número de comentários e com a presença de comentários tóxicos; isso sugere que temas inflamados ocupam mais espaço nos feeds.

Alguns movimentos de memória encontram na internet uma via para escapar do silenciamento, mas enfrentam novas formas de invisibilização. Pierosara (2025) adverte que algoritmos repropõem memórias do passado com base em dados coletados, oferecendo aos usuários lembranças selecionadas que reforçam o mesmo padrão. A tensão entre lembrar e esquecer adquire novas camadas na era dos algoritmos (Mandolessi, 2023).

Implicações para o ensino de História

O campo da educação histórica não pode ignorar que os estudantes chegam à escola já mediados por feeds personalizados. O estudo de Chan *et al.* (2025) evidencia que algoritmos são opacos e dificilmente auditáveis; a impossibilidade de compreender como esses sistemas definem a circulação de conteúdos dificulta a tarefa de educadores que buscam confrontar versões distorcidas do passado.

Nesse cenário, é urgente desenvolver uma alfabetização algorítmica histórica. Isso envolve a compreensão mais ampla de como diferentes plataformas interferem no modo como a história é apresentada (Casiraghi, 2025). O conceito de nostalgia algorítmica alerta para o risco de que recreações digitais do passado sejam consumidas sem reflexão crítica, perpetuando emoções manipuladas e apagando complexidades (Kidd; Nieto McAvoy, 2023).

Considerações finais

Ao argumentar que algoritmos de plataformas digitais atuam como dispositivos de curadoria da memória histórica, este artigo mostrou que lembrar e esquecer não são decisões exclusivamente humanas. Propôs-se a noção de política algorítmica da memória para descrever como algoritmos selecionam, priorizam e repetem conteúdo. Estudos recentes mostram que feeds e plataformas moldam ecologias de recordar e esquecer (Casiraghi, 2025); que ferramentas de nostalgia algorítmica exploram afetos para repetir memórias (Kidd;

Nieto McAvoy, 2023); e que a opacidade dos sistemas dificulta o controle social (Chan *et al.*, 2025). Para o ensino de História, a principal implicação é a necessidade de uma alfabetização algorítmica histórica que prepare estudantes a lidar criticamente com conteúdo online.

Referências

- CASIRAGHI, A. F. Tele-archives and OTT platforms between national recollection and algorithmic memory: a comparison of three European models: RaiPlay, RTVE Play, and INA Madelen. **Cinergie – Il Cinema e le altre Arti**, [S. l.], v. 28, 2025. Disponível em: <https://cinergie.unibo.it/article/view/22221>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- CHAN, J. *et al.* Examining algorithmic curation on social media: an empirical audit of Reddit's r/popular feed. **arXiv**, [S. l.], 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2502.20491>. Acesso em: 4 fev. 2026.
- KIDD, J.; NIETO MCAVOY, E. Deep nostalgia: remediated memory, algorithmic nostalgia and technological ambivalence. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 620-640, 2023.
- MANDOLESSI, S. Memory in the digital age. **Open Research Europe**, [S. l.], v. 3, n. 123, 2023.
- PIEROSARA, S. The future of nostalgia: loss and absence in the age of algorithmic temporality. **Humanities**, [S. l.], v. 14, n. 10, 2025.
- RADER, E.; GRAY, R. Understanding algorithmic curation: the popular user theory of "the algorithm". **ACM Conference on Human Factors in Computing Systems**, [S. l.], 2015.

**ERA DIGITAL E CULTURA HISTÓRICA:
a internet e suas implicações para os passados sensíveis**

Alvanir Ivaneide Alves da Silva¹⁰

alvanir.ivaneides@ufrpe.br

Augusto Cesar Acioly Paz Silva¹¹

augusto.silva@aesa-cesa.br

Resumo

Este artigo analisa a internet como infraestrutura sociotécnica constitutiva da Era Digital e investiga suas implicações para a reconfiguração da cultura histórica no tempo presente, com ênfase nos chamados passados sensíveis. A Revolução Digital não se reduz a um conjunto de inovações técnicas, mas configura uma inflexão histórica que incide sobre regimes de temporalidade, formas de sociabilidade e modos de produção e legitimação do conhecimento.

Palavras-chave: internet; era digital; passados sensíveis.

Abstract

This article analyzes the internet as a constitutive socio-technical infrastructure of the Digital Age and examines its implications for the reconfiguration of historical culture in the present time, with particular attention to so-called sensitive pasts. The Digital Revolution cannot be reduced to a set of technical innovations, but rather constitutes a historical inflection that reshapes regimes of temporality, forms of sociability, and modes of knowledge production and legitimation.

Keywords: internet; digital age; sensitive pasts.

¹⁰ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), no âmbito do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE). Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), com estágio doutoral na Universidade do Porto

¹¹ Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e professor do curso de História da AESA-CESA. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Introdução

A consolidação da chamada Era Digital não pode ser interpretada como um mero avanço tecnológico, tampouco como uma etapa linear da modernização dos meios de comunicação. Segundo Schwab (2016), trata-se antes de um processo histórico que incide diretamente sobre as formas de organização da vida social, sobre os regimes de temporalidade e sobre as condições de produção do conhecimento. Nesse contexto, a internet não se apresenta apenas como uma ferramenta, mas como um recurso que estrutura práticas, redefine relações sociais e reorganiza os modos de experiência do tempo e do passado.

Este artigo parte da premissa de que compreender a Era Digital exige deslocar o olhar da tecnologia em si para as condições históricas que ela produz. Inspirando-se na leitura de Barros (2022), que interpreta a Revolução Digital como uma nova era histórica caracterizada pelo espraiamento global das tecnologias e pela reconfiguração das formas de sociabilidade, sustenta-se que a internet atua como eixo base da experiência contemporânea. Nesse sentido, mais do que um meio de comunicação, ela constitui um ambiente no qual se produzem, circulam e disputam sentidos sobre o passado.

O objetivo deste texto é analisar como a internet, enquanto infraestrutura sociotécnica, reorganiza regimes de historicidade e redefine as condições de constituição da cultura histórica na contemporaneidade, com atenção particular aos chamados passados sensíveis. Argumenta-se que, no ambiente digital, tais passados deixam de ser apenas objetos de memória institucionalizada para se tornarem elementos de disputa permanente em um espaço público marcado pela aceleração, pela fragmentação e pela pluralização de narrativas.

Revolução Digital e regimes de historicidade

A Revolução Digital pode ser compreendida como parte de um processo histórico de longa duração, no qual diferentes temporalidades se articulam e coexistem. Nesse sentido, a leitura proposta por Barros (2022) afasta-se de interpretações que privilegiam a ruptura e enfatiza o caráter cumulativo e interdependente das grandes transformações históricas.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a noção de estratificação do tempo histórico elaborada por Koselleck (2014), segundo a qual múltiplos ritmos temporais coexistem sem se anular. No entanto, se essa coexistência sempre caracterizou a experiência histórica, o

contexto contemporâneo introduz um elemento de intensificação: a aceleração dos fluxos informacionais e a compressão das distâncias temporais e espaciais.

É nesse ponto que a categoria de regime de historicidade, formulada por Hartog (2013), adquire centralidade analítica. A predominância do presentismo, entendido como a expansão do presente sobre as dimensões do passado e do futuro, não apenas se mantém, mas se radicaliza na Era Digital. A conectividade contínua, a simultaneidade das informações e a atualização permanente dos conteúdos produzem uma experiência temporal marcada pela instabilidade e pela constante reconfiguração do passado a partir das demandas do presente.

Assim, a Revolução Digital não apenas se insere em um regime de historicidade presentista, mas contribui para sua intensificação, criando condições nas quais o passado é continuamente mobilizado, reeditado e disputado em tempo real.

A internet como infraestrutura sociotécnica dos regimes de historicidade digitais

Se a Revolução Digital intensifica um regime de historicidade marcado pela expansão do presente, conforme discutido anteriormente, torna-se necessário identificar as condições materiais que tornam possível essa reconfiguração da experiência temporal. Nesse sentido, a internet não pode ser compreendida apenas como um meio de comunicação, mas deve ser analisada como a infraestrutura sociotécnica que sustenta e organiza as formas contemporâneas de experiência histórica.

Essa inflexão analítica implica deslocar a compreensão da internet do plano instrumental para o plano estrutural. Mais do que um suporte técnico para a circulação de informações, a internet, de acordo com Castells (2003), constitui um ambiente no qual se configuram práticas sociais, cognitivas e culturais, operando como condição de possibilidade para a produção, circulação e legitimação de narrativas sobre o passado. Trata-se, portanto, de reconhecer que as transformações nos regimes de historicidade não ocorrem de maneira abstrata, mas se materializam em infraestruturas específicas que organizam a experiência social do tempo.

Nesse ponto, as contribuições de Lévy (1999) e Castells (2011) oferecem elementos fundamentais para a compreensão desse processo. Ao destacar o impacto das tecnologias da informação nas formas de pensar e produzir conhecimento, apontam para uma transformação que ultrapassa o âmbito técnico e incide sobre as estruturas culturais. Ao caracterizar a sociedade contemporânea como sociedade em rede, evidencia-se que a

internet não apenas amplia a comunicação, mas redefine seus próprios princípios, instaurando uma lógica descentralizada que rompe com modelos tradicionais de mediação.

Entretanto, é necessário avançar além dessas formulações para compreender o papel da internet na reconfiguração da cultura histórica. Ao operar como infraestrutura, ela não apenas amplia o acesso à informação, mas redefine os critérios de visibilidade, circulação e legitimação do conhecimento histórico. Nesse ambiente, as narrativas sobre o passado deixam de depender exclusivamente de instâncias institucionais de validação e passam a disputar espaço em um ecossistema informacional marcado por algoritmos, métricas de engajamento e dinâmicas de atenção.

Dessa forma, a internet se configura como o espaço no qual os efeitos do presentismo se tornam empiricamente observáveis. A conectividade contínua, a instantaneidade da comunicação e a atualização permanente dos conteúdos produzem uma temporalidade caracterizada pela simultaneidade e pela compressão das distâncias entre passado e presente. O passado, nesse contexto, não se apresenta como algo distante ou estabilizado, mas como um repertório constantemente mobilizado, reinterpretado e reconfigurado em função das demandas do presente.

Assim, compreender a internet como infraestrutura sociotécnica dos regimes de historicidade digitais implica reconhecer que ela não apenas media, mas produz formas específicas de experiência histórica. Ao articular temporalidades, organizar fluxos informacionais e estabelecer critérios de relevância, a internet se torna elemento central na reconfiguração das relações entre sociedade e passado.

Nesse sentido, a análise da internet não pode ser dissociada da compreensão mais ampla das transformações na cultura histórica contemporânea. Ao contrário, ela constitui o ponto de convergência no qual se materializam as dinâmicas de aceleração, fragmentação e disputa de narrativas que caracterizam o tempo presente, estabelecendo as bases para as reconfigurações da memória e para as tensões em torno dos passados sensíveis no ambiente digital.

Sociedade em rede, memória e cultura histórica

A consolidação da sociedade em rede produz uma reconfiguração profunda das formas de produção da memória e da cultura histórica. A descentralização da comunicação, a multiplicidade de emissores e a circulação contínua de informações deslocam os regimes

tradicionais de mediação do passado, historicamente concentrados em instituições como a escola, a universidade e os arquivos.

Nesse contexto, o digital não apenas acelera a circulação da informação, mas redefine as condições de possibilidade da própria experiência histórica. Fenômenos como Big Data e Inteligência Artificial intensificam esse processo ao operarem a partir da coleta massiva e do processamento contínuo de dados, contribuindo para a produção de novos regimes de visibilidade e interpretação do passado (Castells, 2011).

É nesse cenário que a circulação de passados sensíveis adquire centralidade. Tal dinâmica pode ser observada, por exemplo, nas disputas contemporâneas em torno da memória da Ditadura Militar Brasileira. No ambiente das redes sociais e plataformas digitais, esse passado é constantemente mobilizado por diferentes grupos, que produzem narrativas divergentes, como indicam Santana e Magalhães (2021), ora enfatizando as violações de direitos humanos e a repressão política, ora relativizando ou mesmo legitimando o regime.

Como evidencia esse exemplo, a internet não apenas amplia o acesso a informações históricas, mas constitui um espaço no qual o passado é continuamente reconfigurado em tempo real, sob a influência de lógicas de visibilidade, engajamento e circulação algorítmica. Nesse cenário, a disputa pelo sentido desses passados sensíveis deixa de se restringir ao âmbito acadêmico ou institucional e se desloca para um espaço público digital marcado pela polarização, pela fragmentação e pela constante atualização das narrativas. Tais dinâmicas revelam, de forma empírica, os efeitos do presentismo e das novas formas de mediação histórica na Era Digital.

Dessa forma, a cultura histórica contemporânea configura-se como um campo de disputas intensificadas, no qual diferentes versões do passado competem por legitimidade em um espaço público profundamente mediado por infraestruturas digitais (Rüsen, 2016). O que está em jogo não é apenas a pluralização das narrativas, mas a redefinição das condições sob as quais o passado é produzido, interpretado e socialmente validado.

Conclusão

A análise da internet como infraestrutura sociotécnica permite compreender que a Era Digital não representa apenas uma transformação técnica, mas uma reconfiguração profunda das formas de experiência histórica. Ao reorganizar os modos de circulação da informação, de produção da memória e de construção de sentidos sobre o passado, a internet redefine as bases da cultura histórica contemporânea.

Nesse contexto, os passados sensíveis emergem como um campo de observação dessas transformações, na medida em que evidenciam as disputas, tensões e reconfigurações que marcam a relação entre sociedade e passado no ambiente digital. A centralidade da internet na organização da vida social indica que a produção do conhecimento histórico ocorre, cada vez mais, em espaços mediados por lógicas algorítmicas, dinâmicas de visibilidade e regimes de atenção.

Diante desse cenário, os desafios impostos à historiografia não se limitam à incorporação de novas tecnologias, mas envolvem a necessidade de compreender criticamente as condições contemporâneas de produção, circulação e legitimação do passado. Ignorar essa transformação significa não apenas desconsiderar a centralidade do digital, mas comprometer a própria capacidade de interpretar as formas pelas quais a experiência histórica se configura no tempo presente.

Referências

BARROS, José D'Assunção. (Org.). **História Digital**: A historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KLAUS, Schwab. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

RÜSEN, Jörn. O que é a Cultura Histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História. *In*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora MARTINS, Estevão de Resende. (Orgs.). **Jörn Rüsen**: contribuições para uma teoria da didática da história. Curitiba: W. A. Editores Ltda., 2016.

SANTANA, Elis Saraiva; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Ditadura militar, memória, história pública e vídeos disponíveis na internet. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1 - 15, 2021.